

17.dezembro.2014 – 11h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: FENPROF-Federação Nacional dos Professores

Lurdes Santos, Albertina Pena e Ana Simões

Recebidos por: Deputados Diana Ferreira (PCP, Relatora, que presidiu à reunião), Nilza de Sena (PSD), Paulo Cavaleiro (PSD), Acácio Pinto (PS) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP).

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

Exposição: A Deputada Diana Ferreira (PCP) enquadrou a audição, informando que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#) e indicou a grelha de tempos a utilizar.

As representantes da FENPROF consideraram que a matéria é muito premente. Referiram depois que o Governo indica que a natalidade está a diminuir e apresenta esse facto como justificação para a diminuição do número de professores, tendo discordado dessa posição e salientado que se verifica uma desproporção entre a diminuição do número de alunos e de professores.

Indicaram depois várias situações que limitam a possibilidade de os docentes terem filhos ou os levam a adiar essa opção para idades mais tardias, a saber:

1. Os baixos salários dos jovens e a sua mobilidade e precariedade laboral, particularmente dos docentes;
2. O facto de nas contratações precedidas de entrevista pelo diretor da escola, a situação de gravidez poder limitar as hipóteses de a candidata ser escolhida;
3. A discriminação de docentes com gravidez de risco, bebés para amamentarem, filhos hospitalizados e noutras situações de impedimento de realização da prova de avaliação de conhecimentos e competências, que foram excluídos do concurso de ingresso devido à não realização da mesma;
4. A situação de mães que abdicam das horas para amamentação ou são “convidadas” a fazerem o seu gozo total num único dia da semana;
5. As creches caras e não suportáveis atentos os rendimentos dos jovens docentes e a dificuldade de os avós poderem prestar apoio aos filhos em relação aos netos, pelo alargamento da idade de reforma ou por outros motivos, incluindo a necessidade de lhes proporcionar um tempo de reforma de qualidade, sem obrigatoriedade de apoio aos netos;
6. Custo da educação dos filhos muito elevado, incluindo manuais escolares caros;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

7. Alargamento das horas de funcionamento das escolas e de disponibilização de atividades complementares não compatível com o alargamento do horário de trabalho dos encarregados de educação.

Em contraposição, propuseram que se adotem várias medidas, nomeadamente:

1. Criação de uma rede pública de creches e alargamento da dos jardins-de-infância;
2. Apoio dos alunos com SASE (Serviço de Ação Social Escolar) em relação às visitas de estudo;
3. Acesso gratuito aos manuais escolares.

Nesta sequência, pediram uma discussão destas matérias na Assembleia da República e a alteração das políticas atuais.

Interveio depois a Deputada Nilza de Sena (PSD), indicando que o PSD considera o tema muito importante, salientando que o decréscimo demográfico abrange toda a Europa e desde a década de 1980 que em Portugal a taxa de natalidade é inferior a 2.1. e defendendo que o debate deve convocar toda a sociedade.

Por outro lado, considerou que na origem da questão estavam condições financeiras, mas também outras, nomeadamente opções pessoais e que se pretendiam medidas para a inversão da tendência das últimas décadas, de natureza prestacional e de outro tipo.

Por último, pediu indicação das medidas prioritárias que propunham para a matéria no quadro temporal mais próximo.

O Deputado Acácio Pinto (PS) referiu que a matéria é importante e exige um debate, tendo ainda realçado que as taxas de natalidade muito elevadas já passaram, mas as políticas que têm sido seguidas não favorecem a inversão da tendência das últimas décadas.

Defendeu que a matéria exige uma resolução do Estado, bem como de toda a sociedade e não se soluciona com imigração, pedindo depois a indicação de propostas de medidas mais concretas sobre a matéria.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) indicou que estão em causa 2 vertentes, por um lado a proteção das crianças e das famílias e por outro a promoção, o incentivo, à natalidade. Realçou que há uma tendência de baixa em relação à taxa daquela, que chegou a valores mínimos e que isso é resultado de questões económicas e de outro tipo.

Referiu ainda que o estudo coordenado pelo Professor Joaquim Azevedo refere que o desejo das famílias em relação a filhos corresponde a uma taxa de 2.3, mas a concretização atual situa-se em 1.7., defendendo a necessidade de investimento concreto e salientando que também está em causa a motivação pessoal.

Pediu depois a indicação de medidas concretas de apoio às famílias que as políticas públicas possam assegurar e de propostas de incentivo à natalidade, para inversão da tendência de baixa, referindo entender que as alterações legislativas não serão muitas, havendo talvez necessidade de mais fiscalização do cumprimento das medidas existentes.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

A Deputada Diana Ferreira, em representação do PCP, realçou que a natalidade está ligada às políticas seguidas, referindo como exemplo a revisão do Código do Trabalho, que têm retirado direitos aos trabalhadores e considerou que a área de inspeção não tem recursos humanos suficientes para a fiscalização do cumprimento da legislação existente.

Salientou que a mobilidade anual dos professores não favorece a natalidade e embora a opção pela mesma seja pessoal, passa muito pelo rendimento da família, pelas suas opções de trabalho e pela qualidade de vida que podem disponibilizar. Considerou que a instabilidade dos professores e outros profissionais jovens, nomeadamente, das áreas comerciais e da distribuição, leva a uma opção pela gravidez mais tardia, com influência na maternidade.

Na sequência das questões e observações colocadas, a FENPROF considerou que a responsabilidade pela matéria não é da respetiva Federação e dos professores e indicou depois várias medidas que devem ser adotadas:

1. Criação de empregos;
2. Diminuição e eliminação da instabilidade e precariedade laboral, bem como da mobilidade anual dos jovens professores até aos 30 anos ou mais, para que a respetiva opção pela natalidade se verifique mais cedo e haja mais estabilidade familiar (com qualidade) dos mesmos e de escola para os seus filhos;
3. Combate à desertificação do interior, realçando que contribuem para esta o fecho de escolas e de outros serviços públicos;
4. Diminuição dos custos de saúde;
5. Educação obrigatória gratuita, sem custos com manuais;
6. Horários compatíveis entre a vida profissional e a familiar;
7. Apoio a nível das prestações e maior fiscalização do cumprimento dos direitos dos trabalhadores e das crianças (nomeadamente das grávidas e no âmbito do direito de amamentação);
8. Apoio a nível de creches e seus custos, bem como alargamento da rede pública de jardins-de-infância;
9. Políticas de apoio à imigração e à relação com os imigrantes;
10. Disponibilização de tempo para os professores irem à escola dos seus filhos;
11. Ações específicas para famílias que já têm filhos;
12. Maior acompanhamento das crianças com necessidades educativas especiais.

Por último, realçaram ainda que as várias vertentes e as políticas a adotar tinham de desenvolver-se em conjunto.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 17 de dezembro de 2014

A assessora
Teresa Fernandes